

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Verdade Suportável

O presidente da República jogou a última ducha de água fria nas apostas de que o governo afrouxaria a política econômica nos desdobramentos do entendimento nacional. Ao desejar um 1991 "suportável", o presidente Fernando Collor, de viva voz, deixou claro que não volta atrás e que a equipe econômica vai virar o ano concentrada na preliminar de todo o seu governo: a derrubada da inflação.

Em outras palavras: do dicionário econômico do governo não consta o gradualismo como conceção de combate à inflação. Essa era a tese levantada pelos empresários, com apoio de correntes do sindicalismo, na mesa do entendimento nacional, sob a roupagem da prefixação de preços e salários. O gradualismo não deixa saldo duradouro. É mais um eufemismo para arquivar o rigor fiscal e monetário aplicado pelo governo, e que elevou os juros às nuvens, apertando as empresas que dependem demais do capital de terceiros.

A tentativa dos empresários tem precedentes bem sucedidos (para eles) na história da política econômica dos últimos trinta anos. À exceção do primeiro governo militar — quando a dupla Roberto Campos-Octávio Bulhões teve autoridade, pelo respaldo político do presidente Castello Branco, para aplicar a austeridade — prevaleceu o bloco do desenvolvimentismo, associado ao sofisma de que a inflação é o motor do crescimento.

Ainda estão frescas na memória as fases iniciais dos últimos dois governos. Em agosto de 1979, cinco meses após a posse do governo Figueiredo, o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, caiu, acusado pelos empresários (sobretudo de São Paulo) de defender a recessão. Também em agosto de 1985, caía o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, escolhido por seu tio, o presidente Tancredo Neves. A partir daí, o governo Sarney enveredou por uma sucessão de planos que tentaram combater a inflação tergiver-

sando o ataque ao desequilíbrio orçamentário e ao saneamento das finanças públicas.

O resultado da fuga ao sacrifício no combate à inflação foi o estado de crise em que a sociedade brasileira, ameaçada pela hiperinflação iminente, fez, no final do ano passado, a escolha direta de seu primeiro presidente em 30 anos.

O presidente Fernando Collor poderia ter repetido a retórica dos antecessores, que prometeram economia de guerra para combater inflação e choque do petróleo, mas cujo resultado concreto foi a falência do Estado e a maior inflação e concentração de renda numa década. Preferiu ser franco e claro.

Os incômodos vividos pela sociedade brasileira são o reflexo de várias décadas de descontrole orçamentário e de falta de vontade no combate à inflação. O resto é consequência da leniência com as causas da inflação. Infelizmente, os países, os economistas e os alquimistas ainda não descobriram a fórmula do combate indolor à inflação.

Seria horrível agüentar o combate à inflação como uma coisa insuportável. Esse é um processo lento, que deve ser precedido de várias batalhas diárias até a proclamação da vitória final sobre o inimigo número um da sociedade brasileira. O combate à inflação não pode fugir à distribuição equânime dos sacrifícios (essa é uma tarefa do entendimento nacional, com a indispensável participação dos políticos).

Combatir a inflação traz natural desgaste aos governos — e o presidente da República parece estar consciente disso. Não se pode pensar em distribuição de renda antes da hora, com a inflação. Só mediante administração dos sacrifícios, com o devido cuidado de poupar os menos aquinhoados e os que vivem apenas de salários e têm como a única proteção real dos seus rendimentos a redução da inflação a limites suportáveis.